

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E A REPÚBLICA RIO-GRANDENSE
O ARQUIVO, AS COLEÇÕES E OS ANAIS
THE FARROUPILHA REVOLUTION AND THE RIO-GRANDENSE REPUBLIC
THE ARCHIVES, THE COLLECTIONS AND THE ANNALS

MARCIA ECKERT MIRANDA | Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas; professora da Universidade Federal de São Paulo e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

RESUMO

O artigo busca refletir sobre a história custodial da coleção Ferreira Rodrigues e da coleção Varela, analisando as interferências sofridas e os mecanismos de difusão utilizados pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, para pensar a memória da Revolução e da República Rio-Grandense (1836-1845), assim como os caminhos da memória e da historiografia sobre o Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: arquivo; coleção; história do Rio Grande do Sul; memória.

ABSTRACT

The aim is to reflect on the custodial history of the Ferreira Rodrigues collection and Varela collection, analyzing the interference suffered and diffusion mechanisms used by the Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, to think of the memory of the Revolution and the Rio-Grandense Republic (1836-1845), as well as the paths of memory and historiography related to Rio Grande do Sul.

Keywords: archives; collection; history of Rio Grande do Sul; memory.

RESUMEN

El objetivo es reflexionar acerca de la historia custodial de la colección Ferreira Rodrigues y de la colección Varela, analizando las interferencias sufridas y los mecanismos de difusión utilizados por el Arquivo Histórico de Río Grande do Sul, para pensar la memoria de la Revolución y de la República Riograndense (1836-1845), así como los caminos de la memoria y de la historiografía de Río Grande do Sul.

Palabras clave: archivo; colección; historia de Río Grande do Sul; memoria.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E OS ARQUIVOS DO ESTADO RIO-GRANDENSE

Em 20 de setembro de 1835, eclodia em Porto Alegre uma revolta, mobilizando setores da elite formada por estancieiros, charqueadores e comerciantes contra o governo central do Império do Brasil. Para esses homens, seu poder vinha sendo reduzido desde a Guerra Cisplatina (1825-1828) e a província era desfavorecida pelas políticas fiscais do governo central brasileiro. A revolta, com a deposição do presidente da província, foi uma tentativa de reestabelecer um antigo pacto, segundo o qual a autonomia de ação na região da fronteira com os estados platinos era a garantia de fidelidade política, traduzida pela mobilização de recursos para a guerra (Miranda, 2009). O acirramento dos conflitos levou à secessão, com a proclamação da República Rio-Grandense em 11 de novembro do ano seguinte. A Revolução Farroupilha (1835-1845), o conflito interno mais longo dentre as revoltas iniciadas no período regencial, também se distinguiu pelo surgimento de um Estado que lutou por nove anos para manter-se independente, localizado em parte da então província do Rio Grande de São Pedro.

A existência desse Estado obrigou a criação das estruturas mínimas necessárias ao funcionamento do novo governo. Logo após a eleição do presidente e do vice-presidente da República, foram criados por decreto seis ministérios: Interior, Fazenda, Guerra, Marinha, Estrangeiros e Justiça. Cada ministério era composto por um secretário, um oficial maior, dois escrivães e um porteiro (Laytano, 1983). As demais estruturas administrativas (coletorias, câmaras municipais, forças armadas etc.) mantinham-se em funcionamento, preservando as instituições e observando as práticas e a legislação (leis, decretos, avisos) do Império do Brasil (Araripe, 1986). Mas, a trajetória do Estado Rio-Grandense e dos seus arquivos ficou, desde o início, subordinada às imposições e inconstâncias do conflito militar.

A guerra de movimento tinha na cavalaria a principal arma, resultando numa luta marcada por rápidas investidas, saques e destruição (Guazzelli, 2013). A grande mobilidade decorrente desse tipo de guerra determinou diversas mudanças da capital e, conseqüentemente, a transferência dos arquivos dos ministérios e de outras estruturas administrativas.¹

Como indicou Arce (2011), possivelmente os arquivos do Estado Rio-Grandense tenham sido espalhados, dispostos em repartições, carretas, acampamentos, casas particulares, ou mesmo tenham sido destruídos pelos legalistas ou pelos próprios farrapos diante do avanço das tropas imperiais.

Um episódio bem documentado foi a invasão das tropas do brigadeiro Bonifácio Calderon a Caçapava do Sul, então capital do Estado Rio-Grandense, em 21 de março de 1840. Frente à aproximação do inimigo, alguns bens e os arquivos foram escondidos na Igreja Matriz, medida que se mostrou inócua, pois segundo informe do diretor do Tesouro Nacional "todos os livros, e documentos escriturados, e não escriturados achavam-se recolhidos na Igre-

1 Foram capitais do Estado Rio-Grandense: Piratini, entre 10 de novembro de 1836 e 14 de fevereiro de 1839, Caçapava do Sul, entre 14 de fevereiro de 1839 e 22 de março de 1840, e Alegrete, de 22 de março de 1840 ao fim do conflito em 1845.

ja Matriz desta Capital em dois caixões, e ali foram descobertos, e queimados pelo inimigo, escapando somente o Livro da Dívida Pública" (Ofício de José Gonçalves Lopes Ferrugem a Manoel Martins da Silveira Lemos, inspetor-geral do Tesouro, Caçapava, 31/3/1840. Museu e Archivo Historico do Rio Grande do Sul, 1930. *O Povo*, 8/4/1840, p. 2-3).²

Dessa forma, a guerra impôs a destruição de grande parte dos documentos produzidos pela República. Décadas mais tarde, buscando saber o destino de outros arquivos do governo, Domingos José de Almeida afirmava:

Do lugar onde se ocultaram um canhão, os arquivos das secretarias da extinta República, livraria do Gabinete de Leitura que se criava para Biblioteca Pública e Tipografia no município de Alegrete, quando se aproximou o sr. marquês de Caxias em 1843 desapareceram tais objetos (Correspondência de Domingos José de Almeida ao presidente da província, o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Pelotas a 7/12/1859 – CV 688 – AHRs, v. 3, 1978, p. 156).

O destino dado aos documentos remanescentes era incerto. Alguns informaram a Almeida que "por gente nossa tudo fora lançado em uma lagoa, e outros que Loureiro mandara queimar em sua passagem" (Correspondência de Domingos José de Almeida a Ismael Soares da Silva, 4/10/1860. CV 745 – AHRs, v. 3, 1978, p. 196-197).

A dinâmica da guerra também contribuiu para a dispersão de documentos, os quais foram, em algumas ocasiões, confiados a particulares. Em 1841, Domingos José de Almeida ordenava ao capitão Antônio Leite de Oliveira que "a minha carretinha que conduz os arquivos do governo V. Sa. terá em muita cautela, podendo depositar os caixões em que vão os ditos arquivos em alguma casa de confiança, caso as circunstâncias assim o exijam, e tudo me participará" (Ofício do ministro da Guerra, Domingos José de Almeida, ao capitão Antônio Leite de Oliveira, Vacaquá, 6/6/1841, CV 1781 – AHRs, 1978, v. 3, p. 484).

Apesar da destruição e da dispersão decorrentes das batalhas e das fugas, alguns documentos sobreviveram à Revolução e foram, posteriormente, reunidos em coleções. Guardando os registros dos atos do governo republicano, esses conjuntos de documentos são os testemunhos de existência e trajetória do Estado republicano, assim como da Revolução, "no entanto, a trajetória, a sobrevivência e a ausência de organicidade desses conjuntos documentais são questões raramente questionadas ou problematizadas pelos historiadores" (Miranda, 2014, p. 7).

A origem e a trajetória dessas coleções traduzem os diferentes embates pela memória que foram travados após a Revolução Farroupilha e as disputas que se deram em vários ce

2 Ver também correspondência de Domingos José de Almeida a Luigi Rossetti, Caçapava, 1/4/1840, CV 1436 – AHRs, v. 3, 1978, p. 373.

nários envolvendo diversos agentes, revelando os usos do passado em diferentes conjunturas. Assim, refletir sobre a história custodial dessas coleções, as interferências que sofreram e os mecanismos de difusão utilizados implica pensar a memória da Revolução e da República Rio-Grandense, bem como os caminhos da memória e da historiografia sobre o Rio Grande do Sul. Dessa forma, este artigo tem por objetivo analisar os caminhos e usos dos documentos, em sua maioria provenientes dos antigos arquivos da República Rio-Grandense, em três momentos: a formação das coleções; o seu reconhecimento como patrimônio cultural rio-grandense através da sua incorporação ao acervo do Arquivo Histórico estadual; e a difusão desses conjuntos documentais.

AS COLEÇÕES

A reunião de documentos que tratassem da época da Revolução Farroupilha, dentre os quais aqueles remanescentes que foram produzidos e acumulados pelas diferentes instâncias da administração do Estado Rio-Grandense, entre os anos de 1836 e 1845, foi motivada pela busca de subsídios para pensar a história do período e para a construção de outra memória sobre o passado. Essa busca deu origem a duas coleções que hoje fazem parte, ainda que não integralmente, do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs): a Coleção Alfredo Varela (CV) e a Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues (FR). Como observou Arce (2011), ao analisar a Coleção Varela, mesmo que contenham documentos arquivísticos,³ esses conjuntos são coleções artificiais, já que as unidades documentais que as compõem possuem diferentes proveniências e procedências, datando de períodos anteriores à sua constituição. Por se tratarem de coleções, as suas trajetórias foram profundamente marcadas pela subjetividade e interesse do colecionador, assim como pelas interferências da instituição que as recebeu.⁴

3 Sobre as características dos documentos arquivísticos que os distinguem daqueles das coleções, ver Rondinelli (2013).

4 Ao analisar a formação e trajetória de arquivos pessoais, Luciana Heymann (2009, p. 1-2) afirma que “os arquivos deveriam ser tomados, eles próprios, com objeto sociológico e histórico, permitindo revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investigados”. Se essa perspectiva envolve o reconhecimento da subjetividade presente nos arquivos pessoais, os debates contemporâneos na área da arquivística também evidenciam o caráter social da produção dos arquivos, desnaturalizando-os (Heymann, 2012; Cook, 2010). Mesmo considerando-se essas importantes questões e aceitando que os processos de avaliação, arranjo e descrição de arquivos pessoais ou institucionais sejam também permeados por subjetividades e que os agentes envolvidos não são neutros, é preciso também considerar que a imparcialidade com relação ao futuro é característica intrínseca dos documentos de arquivos institucionais. Sem desconsiderar que avaliação, o arranjo e a difusão sejam, como argumenta Lopez (1996), passíveis de monumentalização, a observância dos princípios arquivísticos é a via para que seja preservada a contextualização dos documentos em relação à instituição que os gerou. Nesse sentido, os conjuntos arquivísticos distinguem-se essencialmente das coleções. Assim, o processo de produção dos documentos dos arquivos das diferentes instâncias da República Rio-Grandense relacionava-se aos atos administrativos aos quais eram vinculados, sendo a acumulação desse conjunto documental resultante das atividades da entidade produtora. Já as coleções que serão analisadas a seguir surgiram de projetos explícitos de construção de uma memória ou para subsidiar determinadas interpretações historiográficas e, por isso, são produto de uma seleção dirigida pelo colecionador, reunindo unidades documentais sem vínculos orgânicos e descontextualizadas.

Em 1859, preocupado com a memória da Revolução Farroupilha e com as versões legalistas,⁵ Domingos José de Almeida propôs-se a escrever “o histórico desse drama importante”.⁶ Para a execução desse projeto, um dos principais obstáculos era justamente a perda dos arquivos do Estado Rio-Grandense. Sem dispor mais do Arquivo do governo e da Comandância do Exército,⁷ Almeida, ex-secretário dos Negócios da Fazenda da República, publicou um apelo em seu jornal, *O Brado do Sul*. Conclamava a seus antigos correligionários a doar documentos e a contribuir com depoimentos que subsidiassem seu projeto.⁸ Dessa forma, Domingos José de Almeida formou uma coleção com documentos de diversas procedências (correspondentes aos vários doadores) e que tinham também diferentes proveniências,⁹ ou seja, formada por documentos dos arquivos do Estado Rio-Grandense, do arquivo pessoal de Domingos José de Almeida e de diversos outros arquivos e coleções pessoais.

Esses documentos, que, por diferentes vias, chegaram às mãos de Almeida, trouxeram também decepções, incertezas e fomentaram questionamentos que expressavam a luta pela memória do passado.

Ao deparar-se com um documento que indicava a conivência de Bento Gonçalves com a anistia concedida aos revoltosos pelo Império, através do decreto secreto de 18 de dezembro de 1844,¹⁰ Domingos José de Almeida, ainda que abatido pela decepção, manifestou a Manuel Antunes da Porciúncula sua intenção de proteger a imagem do principal líder da Revolução, mesmo que para isso fosse necessário queimar alguns documentos:

Passar-te-ia nunca pela lembrança que os respeitos a amizade que consagrei a Bento Gonçalves enquanto vivo e hoje às suas cinzas e reputação, me obrigam a desistir do histórico da revolução em que de tão boa fé tomamos tão ativa e penosa parte; e que até tenha resolvido queimar tantos documentos, apontamentos e informações que hei acumulado, como todo e qualquer vestígio desse drama espantoso? Pois a tudo me obriga a memória desse homem, e só estudo o meio de fazê-lo com dignidade, visto a respeito ter havido do que sabes.

5 As primeiras versões sobre a Revolução Farroupilha surgiram ainda durante o conflito com as narrativas de João da Cunha Lobo Barreto (1838?) e Rodrigo Pontes (1844), ambos vinculados ao Império (Scheidt, 2002).

6 Correspondência de Domingos José de Almeida a Manuel Vaz Ferreira, datado de Pelotas em 8/10/1860 (CV 746 – AHRs, v. 3, 1978, p. 197-198).

7 Minuta de carta de Domingos José de Almeida ao coronel João Antônio da Silveira datada de Pelotas em 13/10/1859 (CV 680 – AHRs, v. 3, 1978, p. 149; apud Arce, 2011, fl. 24).

8 Carta de Domingos José de Almeida a João Antônio Simplício e a outros, datada de Pelotas em 6/10/1859 (CV – 754, AHRs, v. 3, 1979, p. 144-145). O mesmo documento é citado por Arce (2011, p. 27), que analisa as motivações de Domingos José de Almeida, os obstáculos e a oposição por ele enfrentados.

9 Considera-se proveniência, conforme o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Arquivo Nacional, 2005, p. 116).

10 CV 2178 – AHRs, v. 3, 1978, p. 647. Sobre o decreto e o tratado de paz de Ponche Verde, ver Piccollo (2003).

[...] Pois bem, um documento em sentido oposto que se tem ocultado e que foi guardado reservado por Bento Gonçalves me veio à mão, e em mim apegou o conceito que dele fazia, dele que tinha de figurar em retrato no exórdio do meu projetado histórico (Correspondência de Domingos José de Almeida ao tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula, Pelotas em 17/10/1859. CV 684 – AHRS, v. 3, 1978, p. 151-152; Arce, 2011, p. 29).

Mas, outro documento endereçado a Caxias, no qual Bento Gonçalves protestava contra a anistia, permitiu que Domingos José de Almeida explicitasse sua retratação a seu correspondente: “Fui injusto, como acabo de ver, e por isso me apresso a dissipar qualquer mau conceito que também dele concebeste” (Correspondência de Domingos José de Almeida ao tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula, Pelotas em 3/4/1860. CV 714 – AHRS, v. 3, 1978, p. 176-177; Arce, 2011, p. 30). Esse episódio permite-nos questionar se a totalidade dos documentos recebidos foi preservada pelo colecionador. Ao mesmo tempo, sendo a Revolução um episódio marcado pela divisão política, pela perda de vidas humanas, por ganhos e pela ruína, mas que não se encontrava tão distante no passado, é possível inferir que alguns detentores originais, também, com motivações diversas, tenham selecionado com diferentes filtros os documentos doados a Domingos José de Almeida.

As diversas procedências das peças documentais, cujas proveniências eram de difícil verificação, também lançaram dúvidas sobre a verdade das informações e a autenticidade de alguns documentos. É o caso da cópia da “reservadíssima” correspondência do barão de Caxias, então presidente da província do Rio Grande do Sul, ao coronel Francisco Pedro de Abreu (também conhecido como Chico Pedro ou Moringue), comandante da 8ª Brigada do Exército Imperial, em 9 de novembro de 1844 (CV 3037 – AHRS, v. 7, 1983, p. 30-31). Por essa carta, Caxias informava a Francisco Pedro que havia acordado com Davi Canabarro, comandante do exército rio-grandense, que as forças farrapas estariam desarmadas quando acampadas no campo dos Porongos, facilitando o ataque do exército imperial. Orientava ainda para que fosse poupado “o sangue brasileiro quanto puder, particularmente de gente branca da província ou índios”; daí o expressivo número de mortos entre os lanceiros negros. Essa batalha, ocorrida no dia 14 de novembro daquele ano, ficou conhecida como a “traição de Porongos”, numa alusão ao papel de Canabarro.

A cópia dessa correspondência foi doada, entre outros documentos, a Domingos José de Almeida por Bernardo Pirez. Mas Pirez, autor dessa cópia, alertava ter dúvidas quanto à veracidade das informações e à autenticidade do documento original. Acreditava que esse documento fora forjado com o objetivo de gerar a cizânia entre os líderes farrapos:

[...] devemos crer que fosse isso um meio de ridicularizar e intrigar-nos uns com outros, pois não posso conceber que Canabarro e Lucas [de Oliveira] combinassem em semelhante traição, e tanto mais creio que fosse um manejo de intriga assim inventado, porque nunca poderia a surpresa sair tão exata ao plano feito, como saiu, e também porque se Moringue venerasse as ordens de seu senhor, não mostraria essa fantástica reservadíssima a um homem que mostrando-me: disse que bom seria tirar dela um traslado,

como tirei, [...] (Carta de Bernardo Pirez a Domingos José de Almeida, Piratini, 1/8/1859, CV-7428 AHRS, v. 17, 2008, p. 58-60).

Dessa forma, ainda que os documentos recebidos em doação por Domingos José de Almeida fossem uma fonte imprescindível, as aflições e incertezas trazidas levaram-no a abandonar a redação de uma história da Revolução:

Com a papelada que tenho obtido já me julgo habilitado para escrever o histórico de nossa revolução; mas tal é o estado de minha saúde, tal a oposição que se me faz, e tais as aflições que me acompanham que suponho não poder conseguir tão satisfatória e necessária pretensão (Carta de Domingos José de Almeida a Bernardo Pirez, de 8/10/1859, CV 7433 – AHRS, v. 17, 2008, p. 64).¹¹

Mesmo com o abandono do projeto original, Almeida reuniu uma coleção única. A história arquivística dessa coleção foi objeto de profundo estudo por Ana Arce (2011).¹² Segundo essa autora, a coleção teria passado às mãos do filho de Almeida, Epaminondas Piratinino, o qual se ocupou em ampliá-la. Como um conjunto de documentos da Coleção Varela chamava-se “Coleção Abrilina”, infere-se que tenha sido Abrilina Decimanona Caçapavana, uma das filhas de Domingos José de Almeida, o último familiar que esteve de posse desse acervo. Arce (2011) infere que Varela já estaria de posse da coleção em 1915, pois utilizou diversos dos seus documentos ao escrever naquele ano o livro *Revoluções cisplatinas*.

A Coleção Varela (CV), que hoje faz parte do acervo do AHRS, abrange a coleção de Domingos José de Almeida e os documentos incorporados por Alfredo Varela. Essa coleção certamente passou por vários rearranjos, sendo muito difícil recompor a organização original estabelecida por cada um dos colecionadores ou a ordem original dos arquivos republicanos. Segundo o catálogo do período da doação desse conjunto ao Museu Júlio de Castilhos,¹³ essa coleção estava dividida em três partes: Administração da Fazenda (1840-1842); Coleção Abrilina; Jornais. No entanto, de acordo com a apresentação técnica ao segundo volume dos *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, publicado em 1978,

Alfredo Varela coletou documentos sem técnica arquivística, acondicionando-os em pastas, seguindo a ordem de recolhimento; esta disposição dificultava a pesquisa, pois os documentos de um mesmo signatário, papéis que a eles deveriam estar apensos en-

11 Sobre as reflexões de Domingos José de Almeida sobre o episódio dos Porongos, ver também minuta de carta de Domingos José de Almeida ao major Bernardo Pirez, Pelotas em 17/9/1859, CV 673 – AHRS, v. 3, 1978, p. 141-143; carta de Domingos José de Almeida a Bernardo Pirez, de 3/4/1860, CV 7437 – AHRS, v. 17, 2008, p. 66; e minuta de comunicado de Domingos José de Almeida, sem data, CV 2177 – AHRS, v. 3, 1978, p. 647.

12 A coleção passou a integrar a seção histórica do Arquivo Público, instituição vinculada ao Museu Júlio de Castilhos (Arce, 2011, p. 62-63).

13 Uma cópia do catálogo de 1936 está em Arce (2011, fl. 102).

contravam-se arquivados em pastas diferentes. Por tal motivo, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul reorganizou a coleção de acordo com a procedência dos documentos, na sequência alfabética do sobrenome de seus autores e em ordem cronológica (AHRs, v. 2, 1978, p. 11).

Assim, a Coleção Varela foi reorganizada naquela instituição, sendo os documentos numerados de 1 a 10.884, dispostos em nove grupos: correspondência; abaixo-assinados; atos oficiais; contadoria e coletorias; iconografia; impressos e jornais; diversos; anônimos e não identificados; incompletos (AHRs, v. 2, 1978, p. 11). A coleção de jornais, com onze títulos, foi transferida, nos anos de 1970, ao Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, sem que hoje seja possível localizar nesse acervo as unidades provenientes daquela coleção.

Também custodiada pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a Coleção Ferreira Rodrigues (FR) contém muitos documentos provenientes dos arquivos do Estado republicano. Dentre esses, estão o Registro Geral do Tesouro da República Rio-Grandense¹⁴ (AHRs, FR 16) e o livro de registros das portarias do presidente da República e do comandante em chefe do exército rio-grandense (AHRs, FR 08).

Organizador do *Almanak Litterario e Estatístico da Provincia do Rio Grande do Sul*, publicado entre 1889 e 1917 (Villas-Bôas, 1974), Alfredo Ferreira Rodrigues (1865-1942) afirmava que a história da Revolução ainda não fora escrita, pois sobre ela só estavam disponíveis a obra incompleta de Assis Brasil e a interpretação, que considerava parcial, de Tristão de Araripe (Rodrigues, 1897).¹⁵ Por isso, dedicara-se a reunir documentos relativos àquele período, no entanto com diversas lacunas. Assim, afirmava que “deve haver no estado grande soma de documentos, parte de arquivos de chefes militares de então, tanto dos *legalistas* como dos *farrapos*. Esses documentos vão desaparecendo aos poucos, pois nem todos os seus atuais possuidores calculam o valor histórico que eles têm” (Rodrigues, 1897, p. 270).

Desse modo, em 1897, publicou no *Almanak* um apelo: “Faço hoje um apelo aos rio-grandenses. Peço-lhes a remessa dos papéis relativos à revolução, comprometendo-me a devolvê-los, sem a menor falta, depois de copiar deles as informações que me parecerem aproveitáveis” (Rodrigues, 1897, p. 270).

Para além desse chamado, Ferreira Rodrigues buscou documentos junto às famílias de políticos e militares farrapos e legalistas, mobilizando uma rede de contatos que buscava informações em diversas cidades do Rio Grande do Sul e do restante do Brasil. Amigos como Graciano Alves de Azambuja e José Fialho Dutra atuaram localizando documentos, obtendo cópias, doações e depoimentos (AHRs, FR 43).

¹⁴ Transcrição publicada sob o título Apontamentos (1929).

¹⁵ Tratam-se da *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco Assis Brasil, publicada em 1882 (Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos), e da *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, publicada em 1881, de Tristão de Alencar Araripe. A primeira obra era comprometida com o movimento republicano e enfocava os anos iniciais da Revolução. Já Araripe havia sido presidente da província do Rio Grande do Sul (1876-1877) e enfocou a Revolução da perspectiva do Império.

A coleção resultante é um conjunto heterogêneo de documentos que abrange trabalhos de Ferreira Rodrigues e de terceiros, documentos do seu arquivo pessoal, impressos e recortes de jornais, além de cópias e originais de diversas procedências, tais como documentos provenientes dos arquivos do Estado Rio-Grandense, dos arquivos de Antônio Vicente da Fontoura, de Bento Manuel Ribeiro, de João Daniel Hillebrand, de João Antônio da Silveira, de Joaquim dos Santos Prado Lima e de Felipe Neri de Oliveira.

Em 1923, essa coleção foi adquirida pelo governo do Rio Grande do Sul, passando a fazer parte da então Segunda Seção do Arquivo Público do Estado. Como o restante do acervo dessa Seção, a Coleção Ferreira Rodrigues foi transferida para o Museu Júlio de Castilhos em 1925. Tendo sido desvinculado o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul do Museu Júlio de Castilhos pela lei estadual n. 2.345, de 29 de janeiro de 1954 (Merlo, 2010), a Coleção Ferreira Rodrigues é hoje custodiada por essa instituição arquivística. No entanto, essa coleção é a parte restante do desmembramento do conjunto original, devido à destinação dos jornais ao Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e de alguns livros e periódicos à Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul.

Para além de obras bibliográficas, a coleção é formada por 55 volumes de documentos, os quais foram encadernados pelo titular em unidades temáticas (dados biográficos de rio-grandenses, relativos a datas específicas etc.), e de arquivos pessoais. Dentre essas unidades, destacam-se aquelas com documentos e correspondências sobre o episódio do “ataque” ou da “surpresa” dos Porongos (AHRs, FR 10; FR 11). Esses documentos foram intencionalmente reunidos para alicerçar a posição de Ferreira Rodrigues contestando a interpretação de Alfredo Varela sobre a “traição” de Davi Canabarro. Com base na análise de depoimentos e de outros documentos, Rodrigues buscou demonstrar que a “secretíssima” de Caxias fora forjada por Francisco Pedro de Abreu e por ele intencionalmente divulgada para manchar a reputação de Canabarro, ampliando as cisões entre os líderes farrapos (Barbosa, 2011; Machado, 2014).

Por terem sido encadernados pelo titular, aparentemente a ordem original estabelecida por Ferreira Rodrigues foi preservada, no entanto a consulta a esses documentos, com algumas exceções, não permite distinguir a origem das peças.

A PRODUÇÃO DO “LEGADO” E OS ANAIS DO AHRs

Para além das intencionalidades dos organizadores de ambas as coleções, a sua aquisição, pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, para integrar o acervo de documentos preservados pelo seu caráter “histórico” e a eleição da Coleção Varela como conjunto documental a ser amplamente divulgado através dos *Anais do AHRs* demonstram a importância conferida à Revolução Farroupilha, como fato fundador da identidade rio-grandense e sua longa persistência no tempo. Nesse sentido, as ações do governo estadual e da instituição de custódia documental (AHRs) revelam a construção de um “legado” regional, valorizando e reafirmando no presente o caráter exemplar da Revolução Farroupilha, contribuindo para a perpetuação dessa memória (Heymann, 2009).

A compra da Coleção Ferreira Rodrigues pelo governo do estado, ocorrida em 1923, provavelmente foi motivada pela perspectiva dos republicanos rio-grandenses que, no final do século XIX, haviam eleito a Revolução Farroupilha e o Estado Rio-Grandense como símbolos da combatividade desse povo que desde há muito defendia o regime republicano e o federalismo (Scheidt, 2002). O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), vinculado ao positivismo castilhistas, tinha por ideal uma federação, na qual as unidades federadas possuíam extrema autonomia, sendo o consenso entre essas o alicerce do poder central. Ainda que a autonomia dos estados estabelecida pela Constituição de 1891 não tenha sido tão extremada como almejavam os republicanos rio-grandenses, essa foi a base para que o PRR mantivesse o controle sobre o governo estadual durante praticamente toda a República Velha (Costa Franco, 1988).

Importante observar que, em 1920, fora fundado em Porto Alegre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), instituição que teve um papel destacado na especialização da história e da profissão do historiador, constituindo-se em fonte de prestígio e legitimidade para os intelectuais sul-rio-grandenses (Martins, 2015). Como espaço que promovia a pesquisa científica, os trabalhos desenvolvidos por seus membros caracterizavam-se pela pesquisa documental e pelo regionalismo como temática, com o objetivo de superar os “estigmas” e “preconceitos” da intelectualidade dos principais centros culturais e políticos do Brasil com relação ao Rio Grande do Sul. No entanto, como argumenta Martins (2015), a trajetória do IHGRGS foi marcada por uma relação de dependência aos subsídios do governo estadual. Esse fato, associado às dificuldades financeiras pelas quais passava Ferreira Rodrigues, deve explicar a sua decisão de vender sua coleção ao Arquivo Público do Estado por 25 contos de réis em 1923 (Merlo, 2010).¹⁶

Já o contexto da doação da Coleção Varela foi muito distinto, ainda que simbolicamente estivesse imbuído das mesmas motivações. Quando da doação de sua coleção, explicitava-se a ruptura entre Varela e seus confrades do IHGRGS. Em 1933, Varela publicou os seis volumes de *A história da Grande Revolução*, editada com recursos do governo estadual e a chancela do IHGRGS, a partir da anuência de seu presidente Florêncio de Abreu.¹⁷

Alfredo Varela (1864-1943) era bacharel em direito, atuou como diplomata e historiador, foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Rio-Grandense por duas legislaturas e membro correspondente do IHGRGS (Villas-Bôas, 1974; Arce, 2011). Apesar de membro des-

16 Cabe observar que o Arquivo Público (1906), o Museu Júlio de Castilhos (1903) e a Biblioteca Pública (em funcionamento desde 1877, mas anexada ao Arquivo Público em 1906) eram instituições culturais controladas pelos mesmos intelectuais que atuavam no IHGRGS, voltados para a construção de uma história científica. Homens como Florêncio de Abreu, Sousa Doca, Eduardo Duarte e Aurélio Porto atuavam ao mesmo tempo em cargos como funcionários e diretores dos órgãos públicos e como membros da diretoria do IHGRGS. Como demonstrou Martins (2015), houve a coordenação de ações do IHGRGS e as instituições culturais do poder público, especialmente após a transferência do Arquivo Histórico para o Museu Júlio de Castilhos em 1925, respeitando uma agenda intelectual e política.

17 A crescente oposição à interpretação da Varela levou, mais tarde, à publicação de um parecer do IHGRGS, no qual essa instituição, mesmo reconhecendo o mérito da obra, explicitava não corroborar as teses de Varela (Martins, 2011, p. 181).

sa agremiação de intelectuais, a publicação de *A história da Grande Revolução* desencadearia o confronto entre Varela e seus confrades, em torno da sua interpretação sobre a formação da sociedade rio-grandense e o caráter separatista da Revolução Farroupilha. Como demonstrou Martins (2015), as interpretações de Varela chocavam-se com o discurso hegemônico associado ao lusitanismo, o qual, não destituído de clivagens, explicitava o esforço de uma geração em promover a reinterpretção do regionalismo sul-rio-grandense enquanto parte da identidade nacional, pois para os membros do IHGRGS, a negação do caráter separatista da Revolução Farroupilha associava-se ao seu caráter federalista enquanto projeto nacional.

Já Varela pertencia à geração anterior e não se submetia ao patrulhamento imposto pelo IHGRGS. Segundo Gutefrind (1998), Varela era o maior expoente da “matriz platina”, caracterizada por ressaltar as especificidades da formação histórica sul-rio-grandense, ao valorizar a influência da região do rio da Prata, a relação de conflito e exploração do Rio Grande do Sul com o governo central, daí a singularidade e autonomia da sociedade rio-grandense, que guardava uma antiga ligação com a democracia, o regime republicano e o federalismo. A defesa das raízes platinas e do caráter separatista do movimento revolucionário de 1835 foram aspectos que desencadearam uma grande controvérsia entre Varela e Sousa Doca, que se tornou pública através da imprensa no Rio de Janeiro (Martins, 2015).¹⁸

Por outro lado, o apoio do governo estadual à publicação de *A história da Grande Revolução* manifestava o crescente afastamento político entre Vargas e o interventor federal Flores da Cunha. Nesse sentido, “o conteúdo da obra de Alfredo Varela ia ao encontro da posição de Flores que então defendia a ‘fórmula federativa’ como princípio de descentralização” (Martins, 2015, p. 175).

No mesmo ano do lançamento dessa obra, Aurélio Porto, funcionário do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico e membro do IHGRGS, foi cedido pelo governo estadual e passou a trabalhar nas notas para a publicação do *Processo dos Farrapos* pelo Arquivo Nacional. Ao mesmo tempo, tendo em vista os preparativos para a Exposição Farroupilha, Eduardo Duarte, responsável pelo Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, também viajara à capital do país para pesquisar documentos relativos à Revolução no Arquivo Nacional, no Arquivo do Itamaraty, no Arquivo do Ministério da Guerra, entre outros (Arce, 2011). Foi nesse contexto de profundas divergências historiográficas e de prospecção de fontes sobre a Revolução que as primeiras tratativas para a aquisição da Coleção Varela foram feitas.

Desde maio de 1933, a Coleção Varela encontrava-se sob guarda do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico. Varela já havia doado uma série de objetos àquele Museu e mostrava-se inclinado a também doar sua coleção (Arce, 2011). Em 1935, após retirar a coleção do Museu Júlio de Castilhos, Varela condicionou a doação à realização de uma solenidade em Jaguarão, sua cidade natal, com a presença do interventor federal. Possivelmente, essa exigência visava aumentar seu prestígio junto ao governo estadual e dar

¹⁸ Sobre a recepção da obra de Varela ver também Scheidt (2002) e Arce (2011).

uma demonstração de prestígio aos seus opositores do IHGRGS. No entanto, eram seus confrades que administravam o estado: Darcy Azambuja (presidente do secretariado do Estado), Othelo Rosa (secretário da Educação), Eduardo Duarte (diretor do Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico) e Alcides Maia (diretor do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico). Diante da ausência de resposta do governo do estado, Varela levou seu acervo para São Paulo, onde residia, depositando-o por algum tempo no Museu Paulista. Apesar de considerar a possibilidade de doar a coleção para outras instituições, Varela demonstrava o interesse em mantê-lo no Rio Grande do Sul. No início de 1936, foram retomadas as negociações com o governo do estado por meio de Darcy Azambuja, sendo comissionado Eduardo Duarte para ir a São Paulo receber a doação, sem solenidades (Arce, 2011).

A aquisição da Coleção Ferreira Rodrigues e da Coleção Varela, ainda que em conjunturas políticas distintas, expressa o investimento do governo do estado, através do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico, na construção de um legado, valorizando e reunindo fontes que alicerçariam interpretações sobre o passado, as quais foram reelaboradas em diferentes contextos históricos, mas que reafirmam a persistência e importância da Revolução Farroupilha tomada como formadora da identidade sul-rio-grandense.

Já a decisão de dedicar os *Anais do Arquivo Histórico (Anais do AHRS)* à divulgação da Coleção Varela deu-se nos anos de 1970. Os *Anais* foram criados pelo decreto n. 24.820, de 16 de agosto de 1976, prevendo-se a publicação de um volume ao ano para a divulgação do acervo (AHRS, v. 1, 1977, p. 11).

O primeiro volume foi lançado em março de 1977, trazendo a transcrição integral do Livro de Registro do Comissário de Mostras da Expedição de José da Silva Paes e da Provedoria da Fazenda do Rio Grande. A partir do segundo volume, os *Anais* passaram a ser dedicados à divulgação da Coleção Varela.¹⁹ Essa decisão inseriu-se no contexto dos preparativos para as “comemorações do sesquicentenário do movimento chefiado por Bento Gonçalves da Silva”, que ocorreria em 1985 (AHRS, v. 2, 1978, p. 9).

Foi justamente nos anos de 1980, que as publicações de fontes relacionadas à Revolução Farroupilha foram mais frequentes, associadas aos diversos eventos e publicações promovidos pelo governo estadual para as comemorações do sesquicentenário. O contexto político estimulava a rememoração da Revolução. A redemocratização, associada à crise econômica, ao processo inflacionário e ao crescimento das dívidas dos estados, fomentou as pressões para a redefinição do federalismo brasileiro, especialmente no âmbito fiscal. Em 1985, o Rio Grande do Sul era governado por Jair Soares, político da Arena, e, como os demais estados brasileiros, pressionava a União para a construção de uma nova correlação de forças (Lopre-

19 A partir dessa data, os volumes publicados foram dedicados quase que integralmente a esse projeto. Já os volumes 11 (1995) e 12 (1998) trazem, respectivamente, o *Inventário dos registros gerais da Fazenda da Capitania* e a *Correspondência expedida pelo governador e capitão general Paulo José da Silva Gama*. Única exceção no projeto editorial é volume 19, que traz exclusivamente a transcrição da série de cartas de Aurélio Viríssimo de Bitencourt, do arquivo pessoal de Júlio de Castilhos.

ato, 2002). A rememoração do passado de guerras foi utilizada como exemplo da combatividade rio-grandense e, nesse contexto, da sua brasilidade (Stumpf, 2013).

Assim, entre 1980 e 1985, foram lançados seis volumes dos *Anais do AHRH* e, no ano do sesquicentenário, publicadas diversas obras relacionadas a fontes sobre a Revolução, entre as quais o *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues; Fontes da Revolução Farroupilha – falas e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Sul; O ensino universitário e as fontes da Revolução Farroupilha*; e a *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva (1835-1845)*.

Especificamente no caso da Coleção Varela, a opção de dedicar uma grande quantidade de recursos a sua divulgação evidencia a valorização desse conflito pela historiografia e pelo imaginário gaúcho e também demonstra os usos políticos desse mito em diferentes contextos. No entanto, a manutenção desse projeto de publicação até a atualidade,²⁰ o qual ainda não foi concluído, instiga a reflexão sobre as diretrizes seguidas pela instituição na definição das suas políticas de descrição e divulgação do acervo e, conseqüentemente, sobre o papel que tem exercido, influenciando a memória e historiografia rio-grandenses.

Segundo Bellotto (2009), a definição da política de descrição de uma instituição deve ser definida considerando-se as demandas do público, a disponibilidade de recursos, a conservação dos suportes e as tendências historiográficas. Essa política, ao definir quais conjuntos documentais devem ser priorizados e qual o grau de detalhamento dessa descrição, pode, conscientemente ou não, influir na forma como o passado é investigado, traduzindo um “projeto de fazer história” (Salomon, 2011, p. 45). Assim, uma determinada política de descrição pode levar à monumentalização de alguns conjuntos documentais (Jardim, 1995, p. 8). No caso da Coleção Varela, para além da difusão desse conjunto documental, a manutenção do projeto inicial, com mudanças superficiais, pode ser tomada como um indicador da persistência de uma determinada interpretação, constituindo-se a instituição em um agente no processo de monumentalização do passado associado à Revolução, como um patrimônio do povo rio-grandense e do estado do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Farroupilha constituiu-se em um legado, associado a diversos investimentos sociais que contribuíram para a construção de uma memória considerada exemplar, a qual foi reinterpretada e reapropriada ao longo dos anos (Heymann, 2005). Nesse processo, vários atores foram agentes ativos dessa construção, desde Domingos José de Almeida, Al-

20 A única alteração significativa nesse conjunto de publicações ocorreu a partir da década de 2000, quando, a partir do n. 16, cada volume passou a apresentar capa e título diferenciados, com um mesmo subtítulo: “A Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha – 1835-1845”. Os títulos “Uma República contra o Império” (v. 16), “Guerra civil no Brasil meridional” (v. 17), “Os segredos do Jarau” (v. 18), “Os soldados libertos são os mais valentes” (v. 20) fazem referência a temas associados aos documentos publicados em cada volume, com claro apelo ao imaginário e a personagens destacados da Revolução: à revolta contra o Império, a Bento Manuel Ribeiro, ao recrutamento de escravos, a João Manuel de Lima e Silva. O 19º volume também recebeu um tratamento diferenciado, ver nota 20.

fredo Varela e Ferreira Rodrigues, que buscaram reunir evidências que corroborassem suas interpretações sobre esse passado, à instituição de custódia documental.

O AHRS, ao conferir um tratamento privilegiado às coleções Varela e Ferreira Rodrigues, frente a um acervo cujos fundos documentais abarcam desde os livros registros da comandância militar em 1737 a documentos dos órgãos da polícia política subordinados ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), demonstra uma intencionalidade, seja na rememoração de um movimento considerado glorioso, seja em valorizar-se como “templo” onde as relíquias desse passado são preservadas.

Se a crítica às fontes tem como pressuposto refletir sobre a sua trajetória, caminho para que seja possível observar a sua monumentalização e suas implicações (Boschi, 2011; Le Goff, 1996), a forma como essas coleções encontram-se organizadas, a ausência de clareza quanto às suas histórias custodiais e a divulgação privilegiada da Coleção Varela através dos *Anais do AHRS* contribuem para que o pesquisador tenha uma percepção naturalizada desses conjuntos documentais, sem compreendê-los como produto de diversas interferências ao longo dos anos, portadoras de diferentes intencionalidades.

Se por um lado, a história custodial dessas coleções, sua organização e difusão, consciente ou inconscientemente, influenciam na forma como esse passado é pensado e acessado pelo historiador, também esconde, minimiza e relega a segundo plano temas relacionados. Dentre as diversas histórias mimetizadas pelo mito da Revolução, está a história do Estado Rio-Grandense e dos seus arquivos.

Referências bibliográficas

Fontes

APONTAMENTOS para a história da Revolução de 1835-1845 – Registro do Tesouro da República Rio-Grandense (1837). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, p. 66-135, I e II trimestres 1929.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). *Anais do AHRS*. v. 1. Porto Alegre: IEL, 1977.

_____. *Anais do AHRS*. v. 2 e v. 3. Porto Alegre: IEL, 1978.

_____. *Anais do AHRS*. v. 7. Porto Alegre, 1983.

_____. Guerra civil no Brasil meridional (1835-1845). *Anais do AHRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. Coleção Ferreira Rodrigues (FR).

_____. Coleção Varela (CV).

MUSEU E ARCHIVO HISTORICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução de 1835-1845*. 1º vol. *O Povo* “Jornal político, literário e ministerial da República Rio-Grandense”. Terceiro Departamento (História Nacional), 1930.

Bibliografia

- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 1986.
- ARCE, Ana Ines. "Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades": uma história arquivística da coleção Varela. 2011. Trabalho de conclusão (graduação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARBOSA, Luciano Rodrigues. *A cor de Porongos: percepções raciais flutuantes no século XIX*. Trabalho de conclusão de curso (História), Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BOSCHI, Caio C. *Exercícios de pesquisa histórica*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.
- COOK, Terry. *Landscapes of the Past: Archivist, Historians and the Fight for Memory*. Leitura pública, Madri, 2010. Disponível em: <http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia_Terry_Cook.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2011.
- COSTA FRANCO, Sérgio da. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988.
- GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados"*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 2005. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.com.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2009.
- _____. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2012.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; ARI, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p. 15-36.
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. *O colapso das finanças e a crise econômica da federação*. São Paulo: Unesp; IE-Unicamp, 2002.
- MACHADO, Cesar Pires. O ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente. *O Tuiuti*, n. 133, dez. 2014.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2015.

MERLO, Carmen Moreira. *O Palácio de papel: cem anos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1906-2006)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, 2010.

MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. República Rio-Grandense: administração e sistema tributário em tempo de guerra (1836-1845). *Anais do Seminário Internacional da SEO*. Vitória: SEO, 2014. Disponível em: <<http://www.seo.uff.br/images/Anais/Luana/MarciaEckertMiranda.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

PICCOLO, Helga Landgraf. A paz dos caramurus. *Cadernos de História*, Porto Alegre, Memorial do Rio Grande do Sul, v. 14, 2003.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira (org.). *Almanak litterario e estatistico da provincia do Rio Grande do Sul para o anno de 1897*. Pelotas; Porto Alegre: Carlos Pinto e Comp.; Rio Grande: Typographia da Livraria Americana, 1897.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SALOMON, Marlon (org.). *Saber dos arquivos*. Goiânia: Ricochete, 2011.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. *Revista de História*, São Paulo, 147, p. 189-209, 2002.

STUMPF, Glauce. O sesquicentenário da Revolução Farroupilha pelo olhar do jornal Zero Hora. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. 2013. *Anais*. Natal: ANPUH. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364582681_ARQUIVO_anpuh2013.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

VILAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.

Recebido em 31/8/2015
Aprovado em 15/12/2015